

**FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA CLÍNICA E INSTITUCIONAL**

**PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL: O PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL P.L.L.**

SUZANA SOUZA CARVALHO FERREIRA

ANÁPOLIS
2013

SUZANA SOUZA CARVALHO FERREIRA

**PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL: O PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL P.L.L.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação da Faculdade Católica de
Anápolis para obtenção do título de
Especialista em Psicopedagogia Clínica e
Institucional.

Orientadora: Prof^ª. Esp. Ana Maria Vieira

ANÁPOLIS
2013

SUZANA SOUZA CARVALHO

**PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL: O PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL P.L.L.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Especialização em Psicopedagogia Clínica da Faculdade Católica de Anápolis como requisito para obtenção do título de Especialista.

Anápolis, 17 de Agosto de 2013.

APROVADA EM: ____/____/_____. NOTA: ____

BANCA EXAMINADORA

Professora Especialista Ana Maria Vieira de Sousa
Orientadora

Professora Aracelly Rodrigues Loures Rangel
Convidado (a)

Professora Ms. Kátia Cilene Camargo Silva
Convidado (a)

Dedico este trabalho aos meus pais, pela incansável ajuda na construção do meu caminho. Ao meu esposo, pela paciência que me emprestou, sem a qual tornaria minha jornada mais difícil. Aos colegas, que colaboraram para o engrandecimento do conhecimento que hoje posso compartilhar. Por fim, aos professores, guias imprescindíveis na realização de tão nobre arte: a de clarear o caminho para o conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelo dom da vida e oportunidade de poder ajudar a construir um mundo melhor e mais digno de se viver. A minha família, base fundamental e insubstituível da formação do homem. Ao meu esposo, companheiro de caminhada. Aos amigos e colegas, pela generosidade ao longo do tempo que passamos reunidos para aprender uns com os outros. Aos professores, pela benevolência em compartilhar a inestimável grandeza do conhecimento. E, àquele que foi inspiração para o aprofundamento dos estudos e realização do trabalho.

A Psicopedagogia, ciência em crescente transformação, engrandece-se pela capacidade humana de sonhar e buscar um mundo melhor, com qualidade de vida para todos, a partir de uma atuação cooperativa e competente daqueles que não se cansam jamais de aprender e amar.

Luiza Elena L. Ribeiro do Valle

RESUMO

A educação por ser um direito de todos, convoca pais e professores a se unirem na sua consolidação, mesmo esbarrando em inúmeras dificuldades ao longo do caminho. O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola é a junção das mais variadas ordens em busca de um único objetivo: educar o homem no processo do conhecimento. Assim, o PPP é meta, enquanto atuação do psicopedagogo para a instituição, a ser alcançada por esse profissional, que detém conhecimentos que vão além da didática, capaz de colaborar com a escola, a comunidade e o indivíduo, propondo uma metodologia mais acertada a caminho do conhecimento. O objetivo deste é fazer uma análise do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal P.L.L. A metodologia utilizada na sua realização é a de observação direta, tendo como base o PPP da instituição campo de estudo.

Palavras-chave: Escola. Educação. Projeto Político Pedagógico.

ABSTRACT

Education to be a right for all, calls parents and teachers to join in their consolidation, even bumping into many difficulties along the way. The Political Project (PPP) school is the junction of the various orders in pursuit of a single goal: to educate the man in the process of knowledge. Thus, the PPP's goal while psychopedagogo performance of the institution, to be achieved by this professional who has knowledge beyond the didactic, able to collaborate with the school, the community and the individual, proposing a methodology over the right way knowledge. The purpose of this is to make an analysis of Project Political Municipal School PLL The methodology used in its realization is the direct observation, based on the PPP institution's field of study.

Keywords: School. Education. Educational Policy Project.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
CAPÍTULO 1 – A PSICOPEDAGOGIA NO ÂMBITO INSTITUCIONAL.....	09
1.1 Atribuições da psicopedagogia no ambiente escolar.....	09
1.2 Contribuições da Família no processo ensino-aprendizagem.....	10
CAPÍTULO 2 – DESCRIÇÃO DOS ASPECTOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR ...	13
2.1 Histórico	13
2.2 Objetivos.....	13
2.3 Estrutura organizacional	14
2.4 Recursos	14
2.5 Organograma	15
2.6 Estrutura física.....	15
CAPÍTULO 3 – DIAGNÓSTICO E INTERVENÇÃO	16
3.1 Desempenho escolar	16
3.2 Adaptação curricular.....	17
3.3 Resignificação do PPP.....	18
3.4 Análise e intervenção na Unidade Escolar	19
3.4.1 Entrevistas	19
3.4.2 EOCMEA.....	20
3.4.3 Relato dos instrumentos de investigação (entrevistas, observações, técnicas proje- tivas, psicopedagógicas, dinâmicas de grupo, análise do material escolar, levanta- mento estatístico, etc).....	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS	26

INTRODUÇÃO

O homem tem o seu primeiro contato com o universo do conhecimento no momento em que deixa uma instituição e adentra em outra. O conhecimento se inicia formalmente no instante em que a criança deixa sua casa e traz para a escola todas as aprendizagens adquiridas no ambiente familiar.

A educação formal alcança todos ao mesmo tempo em que deixa escapar por entre as mãos alguns. São justamente a estes que surge o trabalho da psicopedagogia, visando “impedir” que haja uma proliferação evasiva da escola; pois, esses seres, crianças em processo de aprendizagem, necessitam de mais atenção e acompanhamento.

Preparar o ambiente e adequá-lo às necessidades dos alunos com necessidades especiais de aprendizagens é a tarefa árdua daquele, o psicopedagogo, que atua diretamente no ambiente escolar, auxiliando e agindo conjuntamente com a direção da escola, professores, profissionais da saúde e família.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é o “braço forte” do ambiente educacional. Essa tríplice dimensão deve ser vista como uma “constituição” a ser seguida, pois une tudo aquilo que se necessita para que a educação ocorra, alcançando todos aqueles que procuram a escola, instituição formal no processo ensino-aprendizagem.

O objetivo deste é analisar o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal P. L. L.¹, em todos os seus aspectos.

O primeiro capítulo delinea a atuação da psicopedagogia no ambiente escolar, não somente como atuação clínica, mas como agente institucional dando à escola, componentes capazes de lançá-la ao processo educativo sem se esquecer daqueles que mais podem colaborar efetivamente nesse processo, a família.

O segundo capítulo descreve brevemente sobre o Histórico, os Objetivos, a Estrutura Organizacional, os Recursos, o Organograma e a Estrutura Física da Escola Municipal P. L. L., componentes gerais da instituição escolar que reforçam os componentes específicos, os quais serão citados no parágrafo seguinte.

O terceiro capítulo discute sobre alguns pontos para que possa haver “ressignificação” de alguns itens do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal P. L. L., onde possam ser contemplados aqueles indivíduos que circunvizinham essa instituição escolar em suas necessidades educacionais, especiais ou não.

¹ O uso das iniciais tem em vista a preservação da identidade da instituição.

Assim, o presente trabalho justifica-se pelo fato trazer à tona questões tão relevantes ao processo ensino-aprendizagem que ficam escondidas em um amontoado de páginas, que são consultadas por poucos e, consideradas por muitos um esforço meramente formal.

CAPÍTULO 1 - A PSICOPEDAGOGIA NO ÂMBITO INSTITUCIONAL

1.1 ATRIBUIÇÕES DA PSICOPEDAGOGIA NA ESCOLA

A psicopedagogia no ambiente escolar surge com a missão de ressignificar o processo ensino-aprendizagem, utilizando instrumentos próprios na detecção e intervenção das rupturas que existem ou possam existir nesse ambiente, integrando as mais diversas instituições: família, escola, profissionais da saúde, entre outros (BOSSA, 2000 *apud* GUIMARÃES & MERCÊS, 2010).

Detectar a ruptura, existente no processo ensino-aprendizagem, exige olhar clínico, pois essa ruptura pode ocorrer tanto na escola quanto no aluno. Assim, o psicopedagogo, munido de conhecimento que vai além das paredes da pedagogia, integra saberes psicológicos ao seu trabalho, podendo ver a chave para a possível solução do problema.

O aluno “problema” não é gerado especificamente na escola, mas pode e chega a ela, muitas vezes, já com desvios de aprendizagem. A partir daí, a escola, passa a integrá-lo no seu corpo e tem como objetivo “devolvê-lo” à família, à comunidade, à vida, sem ou com o mínimo de desvios possíveis.

A avaliação das possíveis necessidades educativas dos alunos revela-se como um dos componentes mais críticos da intervenção psicopedagógica, não apenas porque os profissionais da área psicopedagógica (psicólogos, pedagogos e psicopedagogos) dedicam a tal tarefa boa parte do seu tempo, mas porque nela se fundamentam as decisões voltadas à prevenção e, se for o caso, à solução das possíveis dificuldades dos alunos e, em última análise, à promoção das melhores condições para o seu desenvolvimento (COLL *apud* GINÉ, 2004, p. 275).

Destarte, o papel do psicopedagogo no ambiente escolar contribui não apenas com a identificação e tratamento de deficiências educacionais, mas também na forma como se está ensinando, atuando em um dos pontos de suma importância para o funcionamento educacional, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola (PONTES, 2010).

O PPP é essencial para a instituição escolar, enquanto composição e normas de atuações pedagógicas, e é a partir dele que todo o grupo envolvido com a educação define esforços com vistas a alcançar o máximo de eficiência no processo ensino-aprendizagem. É o PPP um dos focos de atuação do psicopedagogo enquanto partícipe da instituição escolar. (BARROS, 2012).

Contudo, outros diagnósticos anteriores ao do psicopedagogo contribuem para a detecção das variáveis biológicas que influenciam diretamente na aprendizagem. A maturação do aluno pode advir de alguma deficiência biológica, a qual fica alheia, às vezes, da

observação por parte do psicopedagogo, bem como do professor, mas é de iniciativa da família.

O diagnóstico neuropsicológico precoce pode revelar modelos de atraso maturativo e de deficiências funcionais que sejam considerados como possíveis indícios de baixos rendimentos na aprendizagem da leitura, da escrita e da matemática (COLL *apud* ROMERO, 2004, p. 68).

Porém, os possíveis baixos rendimentos podem não somente vir da carga genética, de fatores neurológicos, mas de ambientes nocivos, que também faz desenvolver tais deficiências. Alguns casos de dificuldade de aprendizagem são resultados de um ambiente familiar inóspito para o desenvolvimento da criança.

- Fatores de risco: Prematuridade e baixo peso; complicações pré-natais, perinatais (hipóxia) e pós-natais imediatas (índices de alteração / dano neuropsicológico; sexo; atrasos no desenvolvimento da linguagem; labilidade da atenção; baixo nível educacional e cultural das famílias).
- Programas de estimulação precoce (0 a 6 anos); desenvolvimento da linguagem (desenvolvimento fonológico); desenvolvimento da atenção sustentada; desenvolvimento da memória de trabalho; e A família (modelos de criação, etc.).
- Áreas de intervenção psicopedagógica
- Avaliação: Do aluno (desenvolvimento, conhecimento, estratégias, motivação, afetividade e currículo); do professor (Competência profissional, atitudes, expectativas); da família (nível educacional, atitudes, expectativas, recursos); do contexto (condições da sala de aula, da escola, do bairro, referentes linguísticos e culturais).
- Adaptações curriculares individuais significativas, adaptação de: Objetivos (prioridades, novos objetivos); conteúdos específicos (seleção e sequenciamento); método (procedimentos, técnicas, atividades, recursos, sistematização); distribuição temporal; Avaliação (objetivos, critérios, procedimentos e instrumentos).
- Programas específicos de intervenção dirigidos a: Desenvolver processos e habilidades psicológicas básicas (fonológicos; atenção sustentada, memória, percepção e discriminação visual); Programas de instrução direta (conduta, erros específicos na leitura, na escrita e na matemática); desenvolver o conhecimento e uso de estratégias de aprendizagem (em geral e aplicadas aos conteúdos escolares); e melhorar motivação de êxito, autoconceito, percepção de autoeficácia, sistema atributivo, expectativas (COLL *apud* ROMERO, 2004, p. 68).

Compete ao psicopedagogo investigar também as causas anteriores, da dificuldade de aprendizagem, ao período escolar, devendo encaminhar a criança quando necessário, propor adequações na unidade escolar, além de participar ativamente no tratamento, junto a uma equipe multidisciplinar para que sejam trabalhadas todas as variáveis que interferem no processo da aprendizagem da mesma.

1.2 Contribuições da Família no processo Ensino-aprendizagem

Por mais distante que pareça estar, a família, primeira instituição que o indivíduo experimenta, pode e deve ser “usada” pelos educadores formais, na consolidação de um

processo educativo eficiente e eficaz, tanto para os alunos que estão na séria com a idade correta e, em especial para aqueles que não estão.

A importância dos contextos no desenvolvimento e na adoção de um enfoque educacional implica admitir que a avaliação psicopedagógica não é uma tarefa que um profissional (pedagogo, psicólogo, psicopedagogo) possa assumir de forma exclusiva. Ao contrário, é imprescindível a estreita colaboração desses profissionais com os outros indicadores presentes nos diversos contextos de desenvolvimento; em particular, os pais e os professores (COLL *apud* GINÉ, 2004, p. 275).

Contemplar a participação dos pais no processo de aprendizagem do aluno é de grande importância, destacando que o tempo que o aluno passa na escola é bem inferior ao que passa no ambiente familiar. Aqui, considerando que todos os alunos quando não na escola, estão em casa, desfrutando da companhia da família.

Esse envolvimento deve ser proposto, uma vez que é na família que o indivíduo começa a construção do seu conhecimento e a sua interação com o processo ensino-aprendizagem, ainda que de forma indireta e informal e, leva para a escola todos esses ensinamentos que obteve em casa.

É na família que ocorrem os primeiros aprendizados dos hábitos e costumes da cultura. Exemplo: o aprendizado da língua, marca da identidade cultural e ferramenta imprescindível para que a criança se aproprie do mundo à sua volta. É na família que se concretiza, em primeira instância, o exercício dos direitos da criança e do adolescente: o direito aos cuidados essenciais para seu crescimento e desenvolvimento físico, psíquico e social (BOCK, 2002, p. 249).

A família é tida como tão importante e tem papel fundamental para a sociedade. Mesmo que o modelo tradicional esteja ausente, é preciso que a criança, o adolescente, tenha uma referência de família, para que possa se estruturar no mundo, suprir lacunas que somente são preenchidas no ambiente familiar.

A importância da primeira educação é tão grande na formação da pessoa que podemos compará-la ao alicerce da construção de uma casa. Depois, ao longo da sua vida, virão novas experiências que continuarão a construir a casa/indivíduo, relativizando o poder da família (BOCK, 2002, p. 252).

Mas essa relativização não é absoluta, uma vez que a família acompanha o indivíduo ao longo de sua vida, mas fica à parte sua participação no processo de aprendizagem, pois esta passa parte de sua responsabilidade à escola, instituição que dispõe de mecanismos, técnicas para melhor “explorar” esse indivíduo em suas potencialidades, não deixando escapar seus traços culturais.

Toda transmissão de cultura supõe uma amostra, uma seleção de modalidades de ação cujo determinante é a situação do educando na relação de produção, junto com outros fatores de nacionalidade, geração, profissionalização, etc., de sua família e do seu grupo de pertencimento. Nesse sentido, a aprendizagem garante a continuidade do processo histórico e a conservação da sociedade como tal, através de suas transformações evolutivas e estruturais (PAÍN, 1985, p. 18).

Cabe salientar que não se deve considerar apenas os fatores psicogenéticos no tratamento dos problemas de aprendizagem, pois muitas vezes esses se desenvolvem no âmbito social, pelo aluno não ter referência familiar nem tampouco uma identidade bem estabelecida, o que gera conflitos difíceis de se desfazer.

CAPÍTULO 2 - DESCRIÇÃO DOS ASPECTOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

A Escola Municipal P. L. L., brevemente analisada, está situada na região leste do município de Anápolis, estado de Goiás, pertence à rede municipal de educação e atende ao ensino fundamental.

2.1 HISTÓRICO

A escola foi inaugurada dia 12 de dezembro de 2004, pelo Prefeito Municipal, então Professor Pedro Fernando Sahium e o Secretário Municipal de Educação, Senhor Edmar Moura. O nome da escola foi para homenagear uma professora, que em 1951 criou em Anápolis um pequeno jardim de infância sem qualquer ônus para os alunos inscritos.

2.2 OBJETIVOS

Dentre os objetivos da escola estão: missão e visão.

- Missão: Empreender ações didáticas e pedagógicas pautadas no respeito à autonomia e à dignidade dos educandos, através de uma abordagem transdisciplinar, procurando construir pontes entre as diferentes saberes, entre os seus significados para o cotidiano do educando, objetivando o surgimento de seres religados: éticos, solidários, tolerantes, cooperativos, que utilizem o pensamento lógico, a criatividade, a análise crítica nas diferentes situações de aprendizagem no cotidiano escolar.
- Visão: De modo geral abranger todos os aspectos educacionais e legais buscando promover um clima saudável de interação e um fazer pedagógico compartilhado entre todos os envolvidos: corpo docente, corpo discente e corpo administrativo, através de uma “práxis” responsável e compromissada com uma escola pública de qualidade.
- Objetivos:
 - Promover a educação buscando a formação integral dos educandos.

- Utilizar as orientações e sugestões do departamento pedagógico da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, de modo a referenciar o trabalho pedagógico.
- Empreender ações pedagógicas e projetos envolvendo os pais de alunos e toda a comunidade que objetivem elevar os índices de avaliação do IDEB.
- Elevar o desempenho acadêmico dos alunos.
- Melhorar a infraestrutura da escola.
- Aperfeiçoar as práticas pedagógicas.
- Eleger uma cultura de paz, combater o preconceito e a discriminação.
- Garantir o acesso e a aprendizagem de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades (AEE).

2.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A comunidade escolar é compreendida pelo diretor (a) eleito pela comunidade escolar e pelo voto direto, é composto também pelo corpo docente, equipe técnica e auxiliares administrativos em efetivo exercício na unidade escolar, corpo discente e responsável pelos alunos.

Atualmente a escola conta com 30 profissionais no seu quadro geral de funcionários, sendo 14 docentes e 16 técnico-administrativos, estes compõem as mais diversas áreas de abrangência da unidade escolar, desde a gestão da escola até o quadro de funcionários de serviços gerais.

2.4 RECURSOS

A escola dispõe quanto aos recursos financeiros:

- A escola é mantida pelo Poder Público Municipal, com parte dos recursos do Poder Público Federal;
- Pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);
- Por 04 verbas do Programa de Autonomia Financeira das Instituições Educacionais (PAFIE);
- Pelo PDE do Banco do Brasil; e
- Programa Mais Educação do Governo Federal.

2.5 ORGANOGRAMA

Figura 1- Organograma



Fonte: Escola Municipal P. L. L.

2.6 ESTRUTURA FÍSICA

A composição física da escola aglutina as áreas prediais e os recursos materiais pedagógicos. A construção predial é composta por: 05 salas de aula (sendo 04 em alvenaria e 01 adaptada com divisórias de madeira), 01 sala dividida em sala dos professores, secretaria, sala de coordenação e sala de direção, 01 cantina, 03 sanitários (um para os funcionários, um para meninos e outro para meninas), depósito de merenda e depósito de materiais, sendo 19 ao todo. Os recursos didático-pedagógicos e de acessibilidade é composto por 635 itens, das mais diversas modalidades e recursos pedagógicos.

CAPÍTULO 3 DIAGNÓSTICO E INTERVENÇÃO

De modo geral um dos grandes fantasmas que assombram a unidade escolar é o desempenho da nota de determinada avaliação, ou seja, que quase sempre apontam os seus resultados para fatores deficitários, o que é comum na maioria das escolas públicas e privadas do país.

Na rede pública de ensino, pode-se notar em Anápolis, existem dois indicadores de “qualidade” de ensino, considerados norteadores e metas das escolas: um a nível nacional, conhecido por Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e, outro a nível municipal, designado como prova institucional, esta última elaborada pela equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.

Os resultados destas duas avaliações, quando abaixo do esperado, gera para a escola certo desconforto e até medidas mais extremas, como intervenção do poder público para que os alunos consigam a expectativa proposta para aquele período, uma vez que a escola recebe recursos para desenvolver uma “melhor” educação².

Em nome de uma escola eficaz e de qualidade e de uma avaliação exigente, cultivamos índices cruéis de repetência e evasão na escola que sempre se disse de direito e obrigatória. Se as medidas alternativas nem sempre correspondem aos parâmetros de qualidade ideais de ensino, elas correspondem, entretanto, a um sentido de justiça e ética frente à seletividade e à exclusão (HOFFMANN, 2006, p. 31).

Um dos fatores que baixam o IDEB da escola pública é a evasão escolar e o alto índice de repetência, mesmo que haja políticas para a recuperação do aluno no ano seguinte como forma de progressão e não repetência, para que o aluno não fique fora de uma série que não a esperada para a sua idade.

Contudo, os métodos quantificadores, utilizados para se verificar o aprendizado do aluno, sofrem por não ter tido tempo para amadurecer e as escolas tempo para poder estabelecer melhor o seu currículo tendo em vista atender as exigências governamentais, que “arbitrariamente” provocam o que acima está descrito, a seletividade e a exclusão, embora o discurso seja o oposto.

A escola apresenta-se, hoje, como uma das mais importantes instituições sociais por fazer, assim como outras, a mediação entre o indivíduo e a sociedade. Ao transmitir a cultura e, como ela, modelos sociais de comportamento e valores morais, a escola permite que a criança “humanize-se”, cultive-se, socialize-se ou, numa palavra, eduque-se (BOCK, 2002, p.261).

² <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=273&Itemid=345>. Acesso em 01 de agosto de 2012.

O desempenho acadêmico não pode ser visto somente como mero número em um universo que faz de todos os alunos apenas um dígito. A aprendizagem vai mais além de uma nota recebida pelo aluno e pela escola que é uma instituição que faz o intermédio entre o aluno e o mundo, prepara-o para a vida em sociedade e não para a competição indiscriminada.

3.2 ADAPTAÇÃO CURRICULAR

A adequação curricular é legalmente fundamentada na Lei nº 9.394/96, das diretrizes e bases da educação nacional. O Art. 59 dessa Lei preconiza que: “os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: Currículo, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades”³.

Outra importante legislação nacional que fundamenta a adequação curricular é a Resolução CNE/CEB nº 2/2001. Preconiza o seu Art. 8 que: “as escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns: flexibilização e adaptações curriculares, que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino, recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória”⁴.

O ambiente escolar deve ser planejado e estruturado, pois é através deste método que o desenvolvimento infantil será promovido e terá um papel decisivo no futuro do indivíduo. Para que haja esse planejamento e estruturação adequada se faz necessária a ampliação do raio de abrangência da reflexão pedagógica (ALVES, 2005 p.39).

Pensar esse ambiente escolar é papel de todos aqueles que estão diretamente envolvidos na arte de conduzir os alunos ao conhecimento. E, mesmo que a escola não tenha uma equipe e/ou um profissional capacitado para atender os alunos com necessidades especiais, seja qual for, deve trabalhar para recebê-los, uma vez que identificado o mínimo de dificuldade na aprendizagem em algum aluno, a intervenção se faz necessária tendo em vista minimizar os danos futuros.

É necessário explorar a interação do aluno com os conteúdos e os materiais de aprendizagem, com os professores e seus colegas. A análise deve centrar-se na natureza das demandas do meio escolar, refletidas no currículo, em relação às características dos alunos. Dessa maneira, será mais fácil identificar o tipo de ajuda de que necessitará ao longo de sua escolarização (COLL *apud* GINÉ, 2004, p. 281).

³ <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em 01 de agosto de 2012.

⁴ <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em 01 de agosto de 2012.

Dessa forma, a composição mínima exigida no currículo das escolas, acabam não satisfazendo as exigências dos índices para aquele ano letivo nem a necessidade de aprendizagem dos alunos, onde a pronta atuação do psicopedagogo junto à direção e professores, visa melhor utilização dos recursos disponíveis e busca daqueles não disponíveis, tendo em vista alcançar uma boa educação, onde o número que quantifica a qualidade da escola é uma mera consequência.

3.3 RESSIGNIFICAÇÃO DO PPP

Na grande maioria das escolas, o Projeto Político Pedagógico (PPP) é apenas um documento que poucos têm acesso, sendo um dos motivadores a falta de interesse por ele e, na maioria dos casos, é encarado como apenas um cumprimento do dever por burocracia, uma forma de se livrar de infortúnios com a Administração.

Ressignificar o PPP sugere à escola, usar os momentos adequados e destinados às reuniões pedagógicas no início do ano letivo, discutir o que deve constar e o que não deve constar nesse projeto, as reais necessidades enfrentadas pela escola, vivenciadas no ano anterior, sempre com olhar atento às minúcias que passaram por despercebido dentro e fora da unidade escolar.

O conteúdo escolar é organizado a partir de uma pesquisa sócio-antropológica realizada na comunidade, onde são buscadas questões-problema reveladoras da contradição entre a realidade vivida e a realidade percebida pela comunidade (KRUG, 2002, p. 17).

Esse resignificar não é simplesmente dar novo significado, mudar o antigo, mas pontuar no Projeto Político Pedagógico aquilo que deve ser seguido para alcançar os objetivos tanto da escola, quanto da Secretaria Municipal de Educação e do Ministério da Educação, que destina apoio para que o IDEB (índice de desenvolvimento educacional brasileiro) ascenda ainda mais, não só para aumentar a quantidade, mas a qualidade daquilo que se aprende.

A escola constitui um importante local de troca, de obtenção de informação e de aprendizado da investigação. É na escola que formulamos grande parte das respostas e das perguntas necessárias à compreensão de nossas vidas, de nossa sociedade e de nosso cotidiano; é o espaço no qual podemos adquirir a ideia do tempo histórico e da transformação que a humanidade produziu (BOCK, 2002, p. 270).

Fundamentar o Projeto Político Pedagógico considerando as especificações das Secretarias de Educação deve sempre se pautar a observar o contexto e o público alvo que a escola tem em vista, para não se permitir permutar nem transgredir o processo ensino-aprendizagem.

3.4 ANALISE E INTERVENÇÃO NA UNIDADE ESCOLAR

Durante o período da realização do estágio, na instituição educacional denominada de Escola Municipal Lena Leão, foi feito um levantamento de tudo que a envolvia. Neste sentido, para facilitar o conhecimento da realidade desta unidade escolar, foram feitas várias entrevistas.

3.4.1 Entrevistas

Como a gestora não teve disponibilidade para responder as entrevistas, em decorrência do pouco tempo que dispunha, e, a partir da aquiescência da mesma, foi entrevistada a Coordenadora Pedagógica, a Secretária Geral, um auxiliar de secretaria, um professor e um aluno.

A partir das entrevistas pode-se então fazer uma sinopse da realidade desta instituição de ensino.

Segundo a Coordenadora Pedagógica os alunos possuem dificuldades de aprendizagem, e a família não faz o acompanhamento do filho; o apoio aos alunos com necessidades educativas especiais é precário e o sistema educacional é quase inexistente.

Os professores se queixam da também da falta de acompanhamento dos pais, da estrutura física das salas de aulas que é inadequada e da falta de perspectiva advinda dos alunos.

Já os alunos reclamaram que a escola não lhes dá todo o aparato necessário para desenvolverem suas habilidades em todos os níveis.

Em relação ao trabalho de observação no setor administrativo, através da análise documental, tive total liberdade. Desta forma, procurou-se de imediato, analisar o Projeto Político Pedagógico da escola.

Através da observação do PPP observa-se, de forma generalizada, que todo o direcionamento do mesmo visava o ensino-aprendizagem do aluno, apresentando projetos inovadores, visão ampliada da realidade, sistema de notas e de recuperação condignas com as exigências da lei, definições claras de funções, etc.

Quanto à secretaria da escola, observou-se que está totalmente de acordo com as normas exigidas. Todos os que ali trabalham possuem conhecimentos profundos de seus deveres e obrigações. Observei ainda fotos, registros, portfólios, planta da escola, projetos realizados durante o ano que se passou e este em questão, etc.

3.4.2 EOCMEA

Entrevista Operativa Centrada no Modelo Ensino Aprendizagem (EOCMEA) –ou a (EOCA), possibilita identificar os sintomas e formular as hipóteses sobre as causas que coexistem com os mesmos; é composta por entrevistas com os professores, inspetor (a), diretor (a), coordenador (a) pedagógico (a), orientador (a) educacional; observação e análise do sintoma através daquilo que se apresenta na dinâmica do grupo; provas projetivas (Parelha Educativa) com elementos do grupo em diagnóstico; levantamento estatístico das notas dos alunos; jogos de socialização; utilização do Cone Invertido para análise das observações. (CARLBERG, 1998).

Através da EOCMEA, pode-se levantar o primeiro sistema de hipóteses e segue-se adiante até se ter a hipótese diagnóstica, quando é traçada a proposta de intervenção psicopedagógica. Na sequência deste, será apresentado relatório de uma dinâmica de grupo realizada com a turma de 1ª série da Escola Municipal P. L. L.

Chegando à sala, cumprimentei a turma. A professora regente sabia que eu iria aplicar essa técnica com a turma. Ela saiu da sala e disse que iria aproveitar esse momento para rodar as atividades.

Foi instruído à turma a proposta dessa atividade e eles entenderam e acharam muito bom. Essa turma é composta por alunos de 7 a 8 anos. Coloquei o material sobre a mesa do professor (um cartaz de papel sulfite, revistas, colas, tesouras). Infelizmente não havia material suficiente para todos os alunos. Eles levantaram das carteiras, foram para o redor da mesa, pegaram os materiais e começaram a recortar. Não houve muitas perguntas, pois a explicação foi bem clara.

Houve alguns alunos que tiveram mais iniciativas, outros mais passivos que ficaram nas carteiras esperando que seu colega terminasse de pegar o material. Alguns alunos tomaram essa atitude e outros não, ou seja, continuaram a recortar e colar, sem notar que o colega também queria participar.

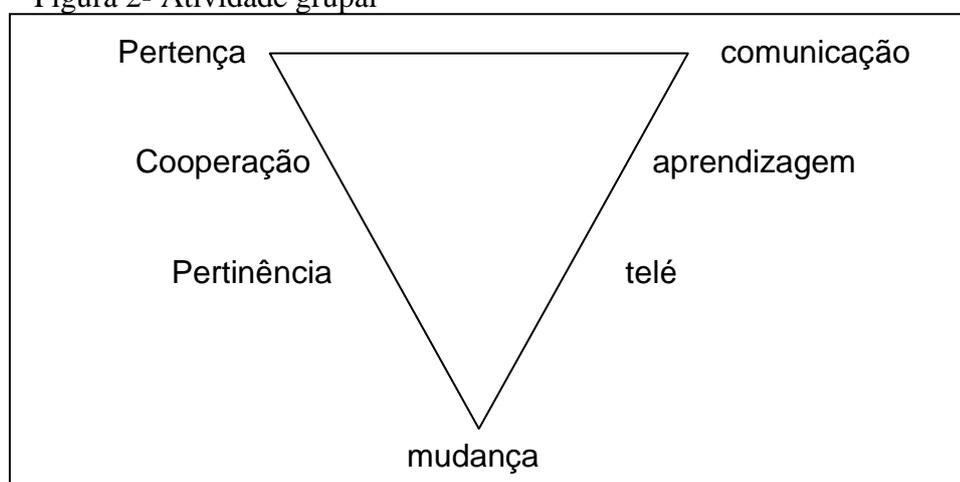
Em um dado momento, houve a ocorrência de momentos de desentendimentos entre dois alunos que começaram a puxar a tesoura, dizendo que não tinham cortado nenhuma figura. Nesse momento, foi necessária uma intervenção, para evitar que as crianças se machucassem, pois ainda são muito pequenas. Houve choro, mas logo, tudo ficou resolvido, com o colega se juntando aos demais. Perguntaram se estava ficando bom o trabalho deles; outro aluno perguntou se poderia organizar e limpar a sala.

Quando a atividade terminou, a sala foi arrumada, todas as carteiras foram limpas e o lixo foi recolhido. Depois foi solicitado aos alunos que sentassem em suas carteiras. A seguir, foi-lhes perguntado se gostaram do trabalho que foi realizado. Todos eles disseram que sim. Depois foi exposto aos alunos o cartaz pronto e eles afirmaram que estava muito bom.

Enquanto a professora regente não chegava, foi feito um exercício de alongamento e alguns alunos pediram para cantar. Foi ótima a realização dessa atividade, pois a turma é muito tranquila.

Após a seleção e aplicação da atividade proposta, pode-se chegar às seguintes análises dos dados. Para essa análise utiliza-se o que PICHON (1988) denominou de Cone Invertido, instrumento de avaliação que apresenta seis vetores de análise:

Figura 2- Atividade grupal



Fonte: Escola Municipal P.L.L.

➤ Pertença: O sentimento de pertencer à dinâmica grupal:

l Durante as atividades, as crianças não sentiram falta dos colegas que não foram naquele dia. Porém, a dinâmica ocorreu normalmente.

➤ Cooperação: se percebe a partir do agir com outro, pela capacidade de se colocar no lugar do outro, de realizar a tarefa de forma consciente.

Na realização da atividade, alguns alunos não perceberam que alguns colegas esperavam a tesoura e não dividiram o material. Mas outros demonstraram cooperação. Quando terminava a sua atividade deixava o lugar para o outro.

➤ Pertinência: é a realização da tarefa. Mede-se pela quantidade de energia que se desprende durante a realização da mesma e pela adequação do resultado aos objetivos pretendidos.

As atividades propostas ocorreram de forma tranquila, atingindo seus objetivos.

- Comunicação: é um intercâmbio de informações e sentimentos que são vinculados no interior do grupo.

A comunicação entre os alunos foi eficaz, ocorrendo muitas trocas de informações entre os alunos.

- Aprendizagem: a aprendizagem pode ser avaliada a partir da pré-tarefa grupal, que é a resistência demonstrada pelo grupo para enfrentar a tarefa a partir da realização da própria tarefa, que inclui os conceitos básicos (possibilidade de tarefa), técnica (arte de levar a tarefa) e de logística (possibilidade de avaliar as estratégias dos elementos que opõe-se à da tarefa, para permitir sua realização).

Em relação à aprendizagem os alunos se agruparam em redor da mesa, pregaram o material e começaram a executar a atividade. Não houve a ocorrência de nenhum tipo de transtorno. Eles se comunicavam entre si.

- Tele: significa a distância afetiva que o grupo toma da tarefa do coordenador e de seus companheiros.

A turma teve um bom relacionamento uns com os outros. Ouve boa afetividade entre ambos. A cooperação entre a coordenadora e as crianças foi positiva.

A queixa, na instituição, revela o Grupo Portador do Sintoma (GPS); é a partir deste que se inicia toda a compreensão da modalidade de relação ensino aprendizagem. Através da Entrevista Operativa Centrada na Modalidade Ensino Aprendizagem (EOCMEA), levanta-se o primeiro sistema de hipóteses e segue-se adiante até se ter a hipótese diagnóstica, quando é traçada a proposta de intervenção psicopedagógica. (CARLBERG, 2000)

Em conversa com a coordenadora da escola assistida por mim, foi relatada a queixa da mesma sobre o desinteresse dos alunos, dos pais dos alunos quando são convidados a visitarem a unidade escolar e da falta de apoio do sistema educacional vigente.

A professora salienta que a dificuldade de aprendizagem dos alunos, muitas vezes, em decorrência da falta de alimentação adequada. Queixa-se também, da dificuldade de relacionamento com os alunos e da falta de interação com os pais.

Através das queixas expressas pelas entrevistas, pude levantar as seguintes hipóteses sobre a turma assistida:

- Falta de preparo dos professores para trabalhar novas metodologias de ensino, gerando com isto, o desinteresse dos alunos;
- Falta de cursos continuados e de capacitação, em decorrência da falta de apoio dos responsáveis pelo sistema educacional, gerando com isto, despreparo dos profissionais para trabalhar com a diversidade.

- Falta de interação entre escola e comunidade, gerando com isto a falta de compromisso dos pais em relação à vida escolar de seus filhos.

3.4.3 RELATO DOS INSTRUMENTOS DE INVESTIGAÇÃO (ENTREVISTAS, OBSERVAÇÕES, TÉCNICAS PROJETIVAS, PSICOPEDAGÓGICAS, DINÂMICAS DE GRUPO, ANÁLISE DO MATERIAL ESCOLAR, LEVANTAMENTO ESTATÍSTICO, ETC).

Em decorrência das hipóteses levantadas, percebo a necessidade de aprofundar a investigação sobre os reais motivos que sustentam o sintoma. Assim sendo, selecionei alguns instrumentos que possibilite confirmar ou descartar estas hipóteses. Será utilizado os seguintes instrumentos de investigação:

- Entrevista com o professor sobre a metodologia que o mesmo aplica e sobre novas metodologias de ensino;
- Entrevista com os profissionais responsáveis pelo sistema educacional;
- Observação em sala dos alunos e das dinâmicas desenvolvidas no processo de ensinar e aprender;
- Participação em reuniões de país, entrega de boletins e conselhos de classe.

A professora da turma em questão utiliza sempre a mesma metodologia, ou seja, ela ensina, o aluno aprende. Normalmente, desde que dê resultados, não há problema. Segundo ela, não é este o problema da falta de aprendizagem dos alunos. Ela acredita que o principal problema de uma aprendizagem satisfatória vem em decorrência de outros fatores, como: desnutrição, falta de acompanhamento dos pais com a educação dos filhos, material inadequado, entre outros.

Quanto ao diálogo com os responsáveis pelo sistema educacional, observa-se que estes procuram, dentro das possibilidades existentes, darem suporte aos professores e gestores educacionais, mas, reconhecidamente, sabem que o caminho é longo e que muita coisa precisa ser feita.

Ao observar a turma, pude perceber que os mesmos realmente não participam ativamente das aulas. Enquanto o professor tenta ensinar, eles se dispersam, conversando, divagando, rabiscando o material escolar. Quando a professora diversifica suas aulas, com dinâmicas, a participação melhora substancialmente, fazendo com que a maioria dos alunos se interesse mais pelo que esta sendo ensinado.

Nas reuniões de pais, entrega de boletins e conselho de classe, pode observar que quase não há participação da comunidade, mais diretamente os pais dos alunos. Normalmente, os pais que comparem são de alunos que não apresentam problemas substanciais. Aqueles que mais necessitam comparecer, infelizmente não o fazem.

Chega-se à conclusão de que as hipóteses levantadas foram todas confirmadas ao longo do trabalho, ou seja, em relação aos professores, necessita-se de que sejam realizados mais cursos de continuação, como também de capacitação.

Quanto a metodologia de ensino está só poderá ter abrangência a partir dos novos conhecimentos a serem adquiridos pelos profissionais de ensino. Estes, dentro da realidade em que atuam, é que devem saber escolher o melhor caminho. É lógico que sem embasamento os mesmos terão muitas dificuldades. Mas, como a informação é acessível a todos, necessita-se apenas escolher e fazer experimentos até se chegar no caminho correto, que é levar um ensino-aprendizagem de qualidade àqueles que tanto necessitam.

Quanto a participação dos pais, a realidade vivenciada por esta unidade escolar é semelhante á maioria das outras. Necessita-se então, que sejam criados mecanismos para fazer com que estes pais, que fazem parte da comunidade escolar como um todo, venham para dentro das escolas. Na verdade, esta dificuldade dos pais em adentrarem o ambiente escolar vem em decorrência de heranças passadas, pois, em outras épocas, os recintos educacionais não eram totalmente abertos.

Para que esta realidade mude, torna-se necessário, que sejam criados novos mecanismos de participação, onde estes pais, adquirindo maior liberdade, possam interagir e decidir sobre o futuro de seus filhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste, chega-se à conclusão que o psicopedagogo deve ser chamado a interferir no processo de ensino aprendizagem. O mesmo deve atuar na identificação dos problemas do processo de aprender, lidando com as dificuldades de aprendizagem através de instrumentos e técnicas específicas e se utilizando da articulação de várias áreas.

A função do psicopedagogo institucional é investigar a queixa, sob o ponto de vista dos métodos, técnicas, comportamentos e atitudes praticadas pela Instituição. Entretanto, para tal fim, é necessário trabalhar com os envolvidos no processo em que o sujeito está inserido e não está conseguindo aprender e/ou com dificuldades em aprender.

Outra observação importante levantada neste relatório se refere ao Projeto Político Pedagógico, ou seja, elaborar um P.P.P em uma escola não é tarefa fácil, uma vez que a educação sofre diversas influências, interna e externa ao ambiente escolar, exigindo que o grupo gestor e todos aqueles envolvidos na construção de uma educação de qualidade, supere um longo e árduo desafio.

As diretrizes da escola devem respeitar as orientações da Secretaria Municipal de Educação, mas acima de tudo, observar se tais orientações estão em acordo com a localidade onde a escola está inserida, pois, essas somente serão eficazes se as condições sob as quais a comunidade assistida, pela escola, for respeitada.

No Projeto Político Pedagógico, as orientações devem ser bem definidas quanto à organização dos materiais didáticos, disposição do tempo e processo avaliativo, distinto do que comumente se encontra, pois esses dados encontrados no PPP, às vezes, atende somente às orientações da Secretaria Municipal de Educação, não indo além na consolidação do seu processo educativo.

Finalizando, cita-se Feldman (2006). Este afirma que para o psicopedagogo a experiência de intervenção junto ao professor, num processo de parceria, possibilita uma aprendizagem importante e enriquecedora, principalmente se os professores forem especialistas nas suas disciplinas. Não só a sua intervenção junto ao professor é positiva. Também o é quando avalia o processo metodológico; na escola como um todo, acompanha a relação professor e aluno, aluno e aluno, sugerindo atividades, buscando estratégias e apoio.

E por último, deve-se alertar para a necessidade de se elaborar mais relatórios como este, pois, somente com informações e experiências mais detalhadas se poderá almejar a perfeição em termos de ensino aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fátima. **Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio.** – Rio de Janeiro: Wak Editora, 2005.

BARROS, Solange. **Projeto político pedagógico: a qualidade dos serviços oferecidos.** 2012. Disponível em <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0340.html>> Acesso em 16 mai 2013.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia / Ana Mercês Bahia Bock, Odair Furtado, Maria de Lourdes Trassi Teixeira.** – 13ª ed. reform. E ampl. – São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em 15 de agosto de 2012.

COLL, César. **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais, v. 3.** Organizado por César Coll, Álvaro Marchesi e Jesus Palacios; trad. Fátima Murad. – 2ª ed. – Porto Alegre: Artmed, 2004.

FELDMANN, Juliane, A Importância do Psicopedagogo Dentro da Instituição Escolar. 2006. Disponível em <www.webartigos.com>. Acesso em 16 mai 2013.

GUIMARÃES, Gleide Moreira Teixeira; MERCÊS, Carla Maria Wiering Pinto Pupo. **Sobre a Psicopedagogia.** 2010. Disponível em <<http://cops-psicopedagogia.webnode.pt/news/sobre-a-psicopedagogia/>> Acesso em 16 mai 2013.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho.** – Porto Alegre: Mediação, 2006.

KRUG, Andréa. **Ciclos de Formação: uma proposta político-pedagógica transformadora.** – Porto Alegre: Mediação, 2002.

PAÍN, Sara. **Diagnóstico e Tratamento dos Problemas de Aprendizagem.** Tradução de Ana Maria Netto Machado. – Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

PONTES, Idalina Amélia Mota. **Atuação psicopedagógica no contexto escolar: manipulação, não; contribuição, sim.** *Rev. psicopedag.*[online]. 2010, vol.27, n.84, pp. 417-427. ISSN 0103-8486.